**----------ATA Nº. 13----------**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023:** Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 12; ----------

2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

3) Esclarecimento Público – Presidente da Assembleia de Freguesia de Barcouço; -

4) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

5) Proposta n.º 56/2023 – Projeto de Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Mealhada e alteração da tabela de preços. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, João Miguel Leite Martins Silva, Elisa Carla de Abreu Simões e Sandra Isabel Baía Semedo solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Teixeira das Neves e José Manuel Rodrigues Martins. ----------

A Senhora Deputada Municipal Ana Sofia da Costa Lousado solicitou igualmente substituição, tendo sido convocado o Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Almeida Oliveira, não tendo no entanto este comparecido na Sessão ou requerido substituição em tempo útil. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, comunicou a sua substituição pelo Senhor João Carlos Henriques da Silva, Secretário da Junta de Freguesia de Luso. ----------

Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Ricardo Jorge Gonçalves dos Santos, José Carlos Calhoa Morais e Sónia Maria Pereira Leite. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores Óscar Manuel Ferreira Carvalho, Raúl Simões de Aguiar, Hugo Eduardo da Silva Santos, Ângelo Rafael Rodrigues Gomes e Acácio da Conceição Ferreira. ----------

1) No uso da palavra, o Senhor Óscar Carvalho iniciou por demonstrar preocupação com o estado dos arruamentos no Luso, isto tendo em conta o início da época termal no Luso a um de junho e a presença e divulgação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa, o que poderá originar que os visitantes da Freguesia de Luso sofram uma desilusão ou até uma queda. De seguida solicitou clarificação sobre as competências transferidas para a Junta de Freguesia de Luso, tendo em conta que em Assembleia de Freguesia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso afirmou só terem sido transferidas competências no âmbito da limpeza e corte de erva, sendo que o Lago, a Fonte de S. João e o Jardim da Avenida, especialmente este último, necessitavam de uma intervenção de fundo, para evitar acidentes. Terminou por questionar que projetos a fundo perdido foram levados a concurso para o Luso pela Câmara Municipal de Mealhada. (início: após 04 minutos; fim: após 06 minutos) -----

2) No uso da palavra, o Senhor Raúl Aguiar iniciou por constatar, com agrado, o reconhecimento aos funcionários públicos municipais, questionando se para além desse agradecimento foram também aumentados. Questionou de seguida quais são as medidas que estão a ser implementadas no que concerne à habitação social, sendo que o Governo central diz que há milhões de euros para esse fim mas o que se assiste são os jovens em debandada do Concelho à procura de habitação, sendo este um grave problema no Luso. Continuou referindo que nos anos 80 foi prometido ao Luso um edifício social, tal como feito na Mealhada e no Canedo, mas tal construção nunca se efetivou porque disseram que já existia um bairro social, sendo que atualmente o mesmo não tem condições de habitabilidade, indagando portanto se existe a pretensão de edificar habitação social no Luso. Prosseguiu questionando, no seguimento da publicitação da empreitada de zonas de mediação e controle dos sistemas de abastecimento de água, se a Câmara Municipal tem pretensões de entregar a gestão das águas públicas para as Águas do Mondego. Terminou por perguntar se existe alguma prorrogação dos prazos da discussão pública da quarta alteração da primeira revisão do plano diretor municipal. (início: após 06 minutos; fim: após 09 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que concorda que os passeios no Luso não estão nas condições que deveriam estar, salientando no entanto que está prevista intervenção na rua das Termas, acrescentando que está ser revisto o projeto que engloba a zona da farmácia até aos semáforos, com ajustes na parte elétrica e de rede pluvial e de esgotos, assim como o projeto do Vale dos Castanheiros com uma pequena

intervenção já programada para diminuir a depressão lá existente. Prosseguiu elencando alguns projetos em desenvolvimento para o Luso: Quinta do Alberto, um investimento em 3 fases: tratamento do morro; intervenção desde a farmácia até à rotunda; e por fim criar uma espécie de miradouro que permita visibilidade e com uma mata diversificada e uma possível acessibilidade à estrada 234; criação de parque de estacionamento na propriedade adquirida à Sociedade Águas do Luso, junto à Quinta do Alberto, numa ideia conjunta com a Junta de Freguesia de Luso; candidaturas também de bairros digitais para o Luso, que irá valorizar a região; no âmbito do Fundo Ambiental, tratamento de espaços verdes e afins; valorização da Rota Napoleónica, de modo a dinamizar o território; decorre o concurso também para os Antigos Lavadores e cuja obra deverá iniciar ainda este ano. Mencionou também outros projetos como a valorização dos campos de ténis, a criação dum campo de pádel e o engrandecimento de parte do Jardim do Lago, que necessita de alguma intervenção. Em relação à transferência de competências vincou que engloba mais que só limpeza e corte de relva, abrange a competência sobre espaço público urbano. Continuou, em relação aos vencimentos dos funcionários públicos, manifestando que acha os mesmos baixos, tratando-se de um problema nacional, mas é o que a Lei obriga, vincando que a Câmara Municipal têm bons funcionários e que foram valorizados porque assim devem ser, sendo que o problema atual não é a qualidade dos funcionários mas sim a quantidade, existindo dificuldades em recrutar pessoas com experiência para alguns postos técnicos específicos. Sobre a habitação social informou que a administração central apresenta milhões de euros para as Câmaras Municipais mas depois requer um conjunto de burocracia à qual todos terão imensa dificuldade em dar resposta tão célere como se gostaria, estando a ser efetuados dois trabalhos: criar condições na divisão urbanística para que os processos não sejam tão demorados, estando em curso remodelação e simplificação de processos e a incentivar promotores e proprietários a investir na Mealhada, notando-se já algum aumento nesse âmbito. Em relação à habitação social de responsabilidade municipal, estão a ser trabalhados alguns projetos e sinalizadas várias candidaturas: três edifícios na Pedrulha; duas moradias no antigo IVV; uma propriedade na Lendiosa; a pretensão de que o bairro ferroviário não seja demolido, como programado pelo anterior executivo, mas sim recuperado e colocado no mercado; um terreno junto ao cemitério, em S. Romão, para construção de moradias geminadas; a recuperação de um edifício inacabado na Pampilhosa; sendo que também foram identificados uma série de edifícios propriedade de particulares mas que terão de ser estes a desenvolver esses processos, com o apoio da Câmara Municipal se for possível. Em relação ao projeto de medição e controle de perdas de água afirmou que o mesmo é fundamental, existindo atualmente um défice enorme na parte das águas, saneamento e resíduos e que é uma situação que terá de ser discutida brevemente, pois a Mealhada tem os preços mais baixos da região a nível da tarifa mas com perdas elevadas e tem de se repensar toda essa estrutura. Continuou, dizendo que não está nada previsto relativamente à integração nas Águas do Centro Litoral, existindo apenas conversações, até porque a agregação é

necessária para obter financiamento, tratando-se de uma medida europeia para os Municípios com a rede em baixa, estando a ser efetuado estudo pelas Águas do Centro Litoral para o efeito e só aí se irá verificar se a citada adesão é vantajosa ou não, sendo que de momento a Câmara Municipal não tem condições de resposta que se pretende, dada a dificuldade de recursos quer humanos quer materiais. Informou de seguida que a revisão do PDM está a ser feita devido a uma obrigação legal, aproveitando-se o processo para resolver problemas do passado e também expandir as zonas industriais, referindo que em locais com estruturas consolidadas poderá ser autorizada construção apesar de não ser possível ampliar as aldeias, tendo-se obtido uma importante vitória no caso de Rio Côvo, que era praticamente extinta com a nova Lei, e se conseguiu reverter a situação e continuar a construir e recuperar património. Finalizou referindo que as pessoas podem consultar o processo que está ser efetuado, havendo inclusive uma apresentação pública e envolvimento da população. (início: após 10 minutos; fim: após 30 minutos) ----------

3) No uso da palavra, o Senhor Hugo Santos iniciou por agradecer a manutenção do horário pós-laboral das Assembleias Municipais, assinalando ser difícil assistir às reuniões da Câmara Municipal e sugerindo para estas, ocasionalmente, horário semelhante, sendo que só participando das reuniões destes órgãos se poderá mudar o Concelho. Continuou relembrando três temas abordados em sessão anterior e pedindo informação sobre os mesmos: o estado da estrada da póvoa da Mealhada; o estado das infraestruturas dos antigos Lavadores de São José; possível colocação de paragem de autocarro junto dos prédios sociais, de modo a servir de abrigo aos estudantes durante as chuvas. Terminou perguntando se pode ser esperado algum projeto de âmbito desportivo junto dos prédios sociais. (início: após 30 minutos; fim: após 32 minutos) ----------

4) No uso da palavra, o Senhor Ângelo Gomes iniciou por saudar a delegação de competências que atribuiu à Junta de Freguesia de Luso uma maior autonomia na gestão do espaço do Lago de Luso, elogiando também o executivo da citada Junta de Freguesia pela melhoria significativa da imagem que os visitantes levam do mesmo. Seguiu referindo que para além da responsabilidade que a mencionada Junta de Freguesia assume, também o executivo municipal terá agora que acompanhar o patamar qualitativo da gestão do espaço nas competências que ainda detém, alertando para a adequação na atribuição de verbas relativas a esta delegação. Continuou considerando a recente intervenção respeitante à iluminação do Lago uma enorme desilusão, isto apesar da mesma já se justificar há muito pois todo o parque do Lago era iluminado insuficientemente por focos dos campos de ténis, com uma fatura considerável para os cofres municipais, questionando ainda se a Junta de Freguesia de Luso foi envolvida na elaboração do projeto e acrescentando que os munícipes e fregueses esperam entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia uma relação de comunicação e trabalho, no sentido de melhorar. Prosseguiu referindo que não concorda com o posicionamento de alguns postes na zona central do relvado, classificando ainda os mesmos de "*postes de berma de estrada*" que não se enquadram num espaço tão nobre, lançando o repto

para que se constitua uma equipa de trabalho entre a Junta de Freguesia de Luso e a Câmara Municipal com o intuito de pensar numa forma de enquadrar os postes instalados de uma forma mais harmoniosa no espaço em que está envolvido. Perguntou de seguida se a intervenção referida já se encontra finalizada, elencando vários pormenores que ficaram por terminar e que podem influenciar a imagem que visitantes e munícipes ficam do lugar, diminuindo injustamente e de igual modo o trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia. (início: após 32 minutos; fim: após 39 minutos) ----------

5) No uso da palavra, o Senhor Acácio Gomes iniciou por proceder à entrega de declaração comprovativa de que é aderente e faz parte do núcleo político do Bloco de Esquerda da Mealhada, estando mandatado para representar o citado partido em toda e qualquer ação relativa à ação política e intervenção cívica nos órgãos locais. De seguida teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------"

*1) Habitação* ----------

*Como sabe, no dia 2 de junho o BE promoveu uma sessão pública no Espaço Inovação, sobre o tema da habitação. Ora a escassez de habitação digna e acessível é cada vez mais uma realidade nacional e o Concelho da Mealhada não é exceção. Os dados dos últimos Censos (2021) relativos ao nosso concelho, refletem perda de população residente (-1%), sobretudo de jovens (-2,4%) e população em idade ativa (-2,5%), com aumento dos idosos (+5%) e do índice de envelhecimento, seguindo a tendência nacional. Verificamos igualmente o aumento do número de famílias de nacionalidade estrangeira (+0,8%). A Mealhada é um concelho que emprega população maioritariamente dos serviços e trabalhadores por conta de outrem, e tem vindo a perder empregadores, o que revela a sua pouca atratividade. Ao mesmo tempo, se fizermos uma pesquisa nos sites e empresas do mercado imobiliário que operam na região, verificamos que há uma enorme escassez de imóveis para arrendamento no concelho, com preços a rondar os 500-750€ por tipologias T2 e T3. No mercado de compra, o preço por M2 tem disparado, atingindo níveis proibitivos (na última década, rondando no mês de abril o valor médio de 717€/M2, no caso dos apartamentos de 1094€/M2 quase ao nível da média nacional de 1491€/M2 (dados properstar, 05/2023)).* ----------

*a) Com estas dificuldades, que ações tomou o seu executivo para fazer o levantamento rigoroso das necessidades habitacionais do concelho?* ----------

*b) Tem dados concretos sobre as condições em que estão a ser alojados os imigrantes que têm chegado à nossa região? (Por exemplo, os trabalhadores da linha da concordância e as suas famílias?)* ----------

*c) Que respostas existem para responder aos jovens e menos jovens que aqui querem morar?* ----------

*d) Afinal, qual é a Estratégia Local para a Habitação do município?* ----------

*2) Transportes* ----------

*Sobre a recente questão levantada pela obrigação dos municípios que integram a CIM terem de pagar às duas operadoras de transportes, uma delas a Transdev (multinacional francesa) as ditas compensações, cabendo à Mealhada o pagamento*

*de 291 mil euros, o BE lamenta que tal suceda. Aqui mesmo, neste órgão, no anterior mandato o BE defendeu várias vezes a necessidade da criação de um transporte público adequado e que respondesse verdadeiramente às necessidades dos munícipes; acompanhamos a ideia de que a contratualização com aquelas empresas é, sim, um presente envenenado para as autarquias, no sentido em que elas se movem por um serviço que dê lucro e que seja "autossustentável", ficando sempre o erário público a pagar compensações quando tal não acontece. Por isso, o BE defende a criação de uma empresa pública de transportes coletivos de preferência intermunicipal.* ----------

*O que pretendem os senhores fazer sobre este assunto?* ----------

*3) Fábrica das Devesas* ----------

*Sabemos que na semana passada, a câmara recebeu cópia do despacho da Direção Regional de Cultura do Centro, sobre o arquivamento do pedido de abertura de procedimento para a classificação de âmbito nacional da Antiga Sucursal da Fábrica das Devesas, pedido esse enviado àquele serviço em 10/10 /2019 pelo pampilhosense Gonçalo Melo Lopes. Lembramos que à época este pedido surgiu na sequência de uma sessão pública sobre o tema que aquele munícipe promoveu e reuniões abertas à população local e que contaram com a presença de cidadãos de outras paragens, sensíveis que eram ao tema, sublinhando a presença do Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, Presidente da Associação Portuguesa para o Património Industrial. De recordar que desde abril de 1999 que se tenta a classificação desta unidade fabril, retomada em 2003 na então.Direção regional de Coimbra do ex- IPPAR com sugestões à autarquia para classificação de interesse municipal e medidas de salvaguarda sobre o espólio, mas nada aconteceu. Infelizmente, e como os documentos agora enviados atestam, o estado de abandono a que o edifício foi votado ao longo de tantos anos e ao desaparecimento de muito do seu espólio, impede que o que resta da fábrica, património pertencente à câmara desde 2019 não reúna as condições para a classificação de interesse nacional. É demolidor ler na ata da reunião da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional da Cultura, do dia 8 de fevereiro de 2023 que em relação a esta antiga sucursal da Fábrica das Devesas que foi uma das mais importantes empresas de Portugal ao nível do fabrico de cerâmica, " talvez pudesse ter havido lugar a um esforço mais consistente de salvaguarda, conservação e manutenção (...) que assegurassem a sua preservação no tempo, facto que em todo o caso não se verificou". Realmente uma das visitas técnicas que a Direção Regional da Cultura ali fez em dezembro de 2019, verifica que as máquinas do município estavam era a demolir tudo para construir um parque de estacionamento! Ao menos que se protegesse a fachada, foi a sugestão daqueles serviços que visitaram o espaço. Pelo menos, ela ainda lá está!* ----------

*Sr Presidente, como vai responder ao desafio que a Direção de Cultura Regional do Centro lhe coloca sobre a ponderação de classificação daquele património industrial como de interesse municipal?* ----------

*Que medidas pondera tomar para a preservação da memória daquele antigo espaço, já agora, por que não encetar esforços para a aquisição da cerâmica Progresso? --- Sr. Presidente da Assembleia, solicito transcrição desta minha intervenção para a ata.* ----------
*Pelo BE Mealhada,* ----------
*Acácio Ferreira".* (início: após 40 minutos; fim: após 47 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por informar que a recuperação da estrada da Póvoa está englobada num conjunto de projetos das estradas do Concelho para melhoria das condições de circulação, assinalando que se pretende avançar com estas obras mas surgem outras mais prementes como por exemplo a cobertura de vários edifícios municipais nos quais chovia e é necessária resolução antes da chegada do inverno ou a recuperação do edifício do Tribunal. Quanto aos antigos Lavadores de São José, é um projeto que está a decorrer e pretende-se lançar concurso durante o ano de 2023. Sobre a paragem de autocarro junto dos prédios sociais disse que já reuniu com a Transdev, conferenciando de modo a dar uma resposta às populações que de momento não existe da forma como se pretende, sendo que vai ocorrer concurso internacional para esse realizar serviço de transportes e ninguém se quer comprometer até o mesmo estar concluído. Seguiu por dizer que existem dois projetos de âmbito desportivo, um junto dos bairros sociais e outro em Cavaleiros, de recuperação e para várias vertentes de modo a envolver a comunidade. Continuou explicitando a urgência da intervenção na iluminação do Lago de Luso, referindo que foi efetuado um estudo pelos serviços camarários e pela E-Redes, com o acompanhamento da Junta de Freguesia de Luso, e foram colocados os postes, sendo que a beleza dos mesmos é discutível e relativa mas não pode aceitar a sua classificação como *"postes de berma de estrada"*, acrescentando que a sua localização foi definida pelos técnicos. Disse que a Câmara Municipal irá ajudar e colaborar com a Junta de Freguesia de Luso sempre que possível de forma a embelezar aquele espaço mas cada órgão assumindo as respetivas incumbências. Sobre a habitação acrescentou que foi efetuado um levantamento rigoroso para a elaboração da estratégia de habitação e foi efetuado reforço com funcionários no terreno para perceber outras necessidades. Disse de seguida, quanto aos transportes públicos, que é contra quer com a forma de gestão atual quer quanto às compensações, informando que estão a ser feitos esforços para que os SMTUC prolonguem o seu serviço até ao Concelho de Mealhada, especialmente nas zonas limítrofes, diminuído o custo do serviço atual, referindo ainda o projeto previsto do metro de superfície a que se juntam ainda os transportes ferroviários, que irão servir vários Concelhos e criar assim uma espécie de circuito intermunicipal, vincando a aposta nos transportes públicos. Em relação ao património das Devesas e ao documento recebido do Ministério da Cultura da não-aceitação da classificação de património de interesse nacional, manifestou perplexidade quando soube de toda a narrativa e da justificação de que foram encontradas pessoas a demolir parte do espaço para construir um parque de estacionamento, tendo existido em tempos um

projeto para estabilização de todo o edifício mas que não foi avante, restando atualmente apenas a fachada, sendo que a situação vai ser analisada e discutido o oficio recebido do Ministério da Cultura e eventual classificação como património municipal. (início: após 47 minutos; fim: após 1 hora e 09 minutos) ----------

Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido pela Mesa da Assembleia, nomeadamente, da renúncia de Mandato dos membros efetivos da Assembleia Municipal, eleitos pelo Movimento Independente Mais e Melhor, João Eduardo da Silva Pereira e Paulo Manuel Madeira Serafim. ----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Pedro Semedo, João Louceiro, Frederico Santos, Carlos Veloso, Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, Carlos Pimenta, Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Lopes Semedo, Carlos das Neves, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, André Melo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte e João Louzado. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Boa noite a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também desejo boas melhoras, aliás, enviei pelo seu neto.* ----------

*Caros cidadãos, eu era para fazer uma comunicação preparada, mas entretanto ouvi aqui coisas nesta sessão e vou fazer só dois comentários. Sobre a Fábrica das Devesas e o que acabámos de ouvir, como devem saber sou da área de história, variante de história de arte, portanto tenho algum conhecimento e gosto muito desta área da arqueologia industrial e faz-me me sempre muita pena que certas coisas que têm realmente muito valor, temos que distinguir, de facto, o que tem valor do que não tem valor, mas depois é tudo muito relativo, depende muito dos contextos, etc. Portanto, não vamos por aí, senão não saímos daqui.* ----------

*O que interessaria era, de facto, todo o património da fábrica, não só desta como toda a cerâmica da Pampilhosa, aqueles elementos decorativos que havia, etc, as próprias máquinas, etc. Pelos vistos, isso está tudo destruído e só restam as paredes. As pessoas confundem muito arquitetura com fachada, decoração de fachadas. Isso não é arquitetura, isso é a fachadismo.* ----------

*O que eu propunha era pegar no edifício, não conheço muito bem, só conheço por fora, e fazer ali, por exemplo, e vou dar assim um exemplo um bocado à última da hora, fazer habitação com algum estilo, criar alguns lofts ou assim uma coisa. Foi na Figueira da Foz que vi lá um edifício antigo, logo ali no centro e são lofts e aquilo dantes era uma discoteca e não sei mais o quê. Pronto, é só um exemplo de que se pode fazer a partir daquilo que resta, e sendo a Pampilhosa junto de Coimbra, em termos de mercado de habitação, é fácil vender.* ----------

*Outro comentário é o seguinte: sobre a questão dos postes, parece ser ridículo. Eu*

*aprendi com um empreiteiro que fez a minha casa, que fazer bem ou mal uma obra custa exatamente o mesmo. Foi uma pérola de sabedoria que ele me explicou, além de muitas outras, aprendi muito com esse processo. Sobre o tipo de luminária, isto é um assunto muitíssimo mais importante do que parece à primeira vista. Têm implicações não só estéticas e só por isso já é importante, nós gostamos de viver num sitio que nos é agradável, é para isso que serve o design e há muita gente, eu próprio fui professor de muitas pessoas que são arquitetos e designers e isso é importante por muitas razões, mas também com a segurança, por exemplo, e com a poluição visual. As nossas cidades hoje impedem que nós conheçamos o céu. Porquê? Porque com aquelas luminárias que são umas esferas, faz com que a luz das cidades se espalhe por todo o lado e seja impossível e até mesmo para outro género de situações que não vou estar aqui a aprofundar. E é muito fácil e há até muita informação que eu já vi, parece que sou um maluquinho das luminárias mas não é isso, é uma informação que uma pessoa se descuida e encontra na Internet fácil. É um aspeto muito desleixado na organização urbana na Mealhada, e não é de agora, é de décadas, em Portugal tem-se pouco cuidado com a organização urbana, à exceção de alguns locais onde há pessoas ricas e poderosas, por exemplo, em São Pedro Moel que é de facto uma praia muito bem cuidada, ao contrário de todas as outras à volta que aquilo é uma confusão desgraçada, e portanto este ar desleixado que nós temos é devido a esta mentalidade um pouco como o que interessa é resolver os problemas e pronto. ----------*

*Parece uma conversa que tivemos há pouco mais de dois anos na Assembleia Municipal, portanto não era este o executivo, sobre a plantação de árvores e arbustos. Andamos anos, e eu faço parte da Assembleia Municipal com intermitências já há vinte e tal anos, já alertámos para isto há muito tempo, até porque há na Mealhada gente preparada e especializada nesta área. Depois de se fazerem opções absurdas, ouvi o Senhor Presidente Dr. Rui Marqueiro a falar do assunto: " fizemos aqui umas asneiras e agora estamos a pagá-las, eu descobri que afinal isto até há aqui soluções e se nós tivéssemos plantado assim…", a gente andava há vinte e tal anos a falar no mesmo, portanto quando não há diálogo e quando as pessoas fazem as coisas assim, sempre com urgência, sem pensar muito, e as luminárias é a mesma coisa, é como quando a gente faz uma casa mal feita, nós fazemos a casa mal feita e temos de a aturar 50 anos, a té a gente morrer ou a casa cai, antes disso não há outra forma de resolver o problema e, portanto, às vezes é muito bom a gente pensar em soluções mais interessantes, que não é apenas um bonitinho, na nossa vida a gente tem que sair de casa e ver a porcaria dos postes, por exemplo na rua onde eu vivo, que são de um uma inutilidade muito grande porque as árvores vão para cima dos postes, que são as tais esferas, a luz espalha-se por todo lado, não ilumina nada e ainda para mais algumas árvores, que não foram cortadas, exatamente foram plantadas erradamente, estão a dar cabo dos muros. Estão a ver a quantidade de asneiras que se fizeram há 20 e tal anos, e agora vai ter que se pagar um dinheirão ara se cortarem as árvores, por exemplo cortar em frente a minha casa porque estava a dar cabo do meu muro, depois não se consegue*

*ver nada, porque as árvores que restam estão a tapar a luz dos candeeiros e afinal, por acaso não se passa lá grande coisa, mas é só para verem como é que 20 e tal anos depois, uma urbanização feita de raiz podia estar muito melhor, muito mais cuidada e tem passeios todos rebentados por causa das árvores. Não funciona e isto a gente diz que é à portuguesa, por acaso não é só à portuguesa, mas também à portuguesa e porquê? Porque não se pensa nisso antes e se acha isso um valor menor, quando na minha opinião é um valor maior porque acabamos depois gastar muito mais dinheiro a resolver asneiras que fizemos para trás. E isto acontece desde o D. Afonso Henriques.* ----------

*Então aquilo que me traz cá. Na reunião de câmara de 10 de outubro de 2022, o nosso companheiro da comissão política concelhia do PSD, Ângelo Gomes, alertou o executivo sobre a escolha muito discutível no que concerne à animação de verão na vila de Luso.* ----------

*O alerta pareceu merecer a melhor atenção por parte do executivo, uma vez que a animação do período do Natal e, pelo que sabemos, no programa de verão deste ano, a AquaCristalina voltou a ser chamada para organizar atividades de animação. Preocupa-nos o futuro e a relação entre a autarquia e a associação que tem desenvolvido este programa ao longo de uma década.* ----------

*Ainda não foi divulgada informação sobre a animação de verão do Luso e perguntamos se já há programa, qual o cronograma, que valores envolvem os apoios negociados. Também nos interessa saber qual a solução para anos futuros. Se haverá protocolo com a associação ou se haverá outra modalidade de colaboração. Consideramos que um concelho como o da Mealhada, com forte vocação turística que tem, necessitaria de uma equipa profissional que trabalhasse estes eventos de forma global e continuadamente, para todo o concelho, servindo de apoio às associações que desenvolvem este tipo de atividades ou eventos.* ----------

*A prática de ir buscar funcionários municipais que estão adstritos a determinados serviços e coloca-los a organizar eventos fora da sua função principal, prejudicando a qualidade do atendimento aos munícipes, não nos parece ser uma boa solução. – Parece-nos fazer todo o sentido criar uma equipa municipal permanente, selecionada com base na responsabilidade, experiência e transparência, para levar a cabo os eventos que a Câmara Municipal entenda organizar, ou apoiar aqueles que as associações promovam e que tenham valor. Trata-se de profissionalizar uma equipa. Por fim, a sugestão de pintar os postes de verde e branco, ficava bonito."*
(inicio: após 1 hora e 11 minutos; fim: após 1 hora e 21 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por fazer votos de um rápido restabelecimento do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. De seguida deixou uma saudação ao dia nacional de luta, que decorreu no presente dia, com convocação da CGTP e empenho de muitos dos seus sindicatos de diversos setores, públicos e privados, e que não tendo sido na forma de greve geral ou de grande manifestação nacional, foi um dia em que, com muitas ações em todos os distritos, se assinalaram importantes lutas sindicais em curso, que dão expressão à vontade de afirmar o direito a uma vida melhor, não só para

alguns privilegiados, cuja riqueza se alimenta do empobrecimento geral, mas para a generalidade da população, com destaque para os que trabalham ou trabalharam, produzindo precisamente a riqueza que tão mal distribuída é. Continuou considerando que este dia de luta dos mais variados setores, por ironia e incentivo oposto ao de uma vida melhor e de uma sociedade mais justa, coincide com a realização do fórum do BCE em Sintra, onde cumprindo com o habitual zelo as obrigações a favor do insaciável capital, foi deixado o aviso que as taxas de juro que estão a vitimar milhões de famílias iriam continuar a aumentar. Afirmou que muitos portugueses sabem e vivem o aperto crescente de 8 aumentos das taxas de juro em pouco tempo, mas que a receita que é vendida como arma para combater a inflação - com os resultados que se verificam - vai voltar a ameaçar as condições de vida de muitas famílias e o governo assiste, aceita e aplaude. Disse que o Governo do PS e o Governador do Banco de Portugal têm falado de uma diminuição rápida da inflação, mas os portugueses não sentem os efeitos dela, até porque a diminuição descrita tem mais de manipulação do que de facto. Seguiu referindo dados do INE que apontam para uma inflação superior em maio que no correspondente do ano transato, assinalando a realidade ainda mais difícil para cerca de um milhão e duzentas mil famílias, que às contas mensais somam o aumento brutal da prestação do crédito à habitação, que não tardará a subir ainda mais com as decisões tomadas em Sintra por Lagarde, o BCE, governadores dos bancos centrais, académicos e especialistas em mercado, todos e todas, servilmente fiéis ao capital financeiro e decisores políticos da estirpe dos governantes da área do PS. Vincou que um milhão e duzentas mil famílias encontram cada vez maiores dificuldades em assegurar os encargos com os empréstimos à habitação, e no entanto a banca anuncia consecutivamente resultados estrondosos, enormes aumentos de lucro, o que demonstra que as opções que prejudicam muitos beneficiam alguns e o Governo nada faz, protegendo os interesses dos bancos. Continuou, referindo a temática dos salários e das pensões e a perda nas remunerações médias líquidas dos trabalhadores da administração pública e privados, e do desequilíbrio das relações de trabalho a favor dos patrões, fruto de opções políticas que promovem uma injusta distribuição de riqueza e prejudicam a grande maioria e que limitam ou impedem o progresso social. Acrescentou que as respostas do Governo não encaram o cerne dos problemas, começando pelo aumento dos salários e das pensões, e apesar de não desvalorizar as medidas pontuais de apoio a famílias mais carenciadas, as mesmas não atacam os problemas de forma estrutural, como se verificou com a medida IVA Zero em que os grupos de distribuição se apropriaram da margem criada pela diminuição do imposto. Finalizou dizendo que neste difícil contexto o PCP saúda os trabalhadores e as pessoas que lutam e exigem mais e o direito a uma vida melhor. (inicio: após 1 hora e 21 minutos; fim: após 1 hora e 30 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por questionar se durante o período de intervenção do público as pessoas podem falar em nome de partidos, e não tendo nada contra as intervenções proferidas, considera que as pessoas podem fazer exatamente as mesmas intervenções em nome pessoal

e não em nome de partidos, até atendendo a que o período é destinado ao público. Seguiu referindo-se à Feira de Artesanato e Gastronomia, congratulando a Câmara Municipal pela melhoria substancial do certame, quer em cartaz quer em expositores quer em publicidade e segundo informações do próprio Município também pelo maior número de visitantes. No entanto, e segundo palavras do Senhor Presidente da Câmara, existem dores a tratar devido ao fluxo de visitantes, sendo este um problema facilmente previsível dado o bom cartaz e publicidade de nível nacional ao evento, não se podendo enfiar os visitantes num espaço exíguo. Assinalou que já no passado tinha referido que o regresso do certame ao centro da Mealhada era um passo atrás e este ano, embora alargando a área de implantação, continua a ser um espaço demasiado pequeno. Disse que a mudança do palco principal resultou apenas ligeiramente, sendo que a localização do palco de som limitou a visibilidade e embora a Avenida 25 de Abril seja bastante larga, na realidade o palco foi implantado precisamente na zona mais estreita e em que as árvores existentes nos passeios acabam por limitar ainda mais o espaço disponível para a visualização dos concertos. Acrescentou que a área de restauração que é explorada pelas coletividades do Concelho continua com condições bem piores que aquelas que eram proporcionadas anteriormente, com um espaço menor e sem espaço coberto, sendo ainda que as ruas da cidade foram encerradas com mais de 15 dias de antecedência, o que somando-se ao aumento dos expositores e consequentemente colocação de mais barraquinhas, as quais taparam montras de serviços e espaços comerciais, matou o comércio local - isto apenas no intervalo pré-certame - o que contraria o argumento do Senhor Presidente da Câmara de que o grande mote do regresso do certame ao centro da cidade é ajudar a impulsionar o comércio tradicional. Finalizou afirmando que acha possível fazer melhor do que atualmente está ser feito e que tal como a generalidade da população de Mealhada continua a não compreender a mudança do certame para o centro da cidade, o que com as situações relatadas é possível concluir que não está ser realizado no local correto. (inicio: após 1 hora e 30 minutos; fim: após 1 hora e 35 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal Carlos Veloso, no uso da palavra, iniciou por referir que na posição do orçamento de despesa para sistemas inovadores de recolha de resíduos, a rubrica ficou contemplada por 536 mil euros aproximadamente, tendo já sido cabimentado o valor de 531 mil euros, perguntando a que se refere. De seguida, na listagem de compromissos plurianuais e anuais verifica-se que a rubrica de manutenção de equipamentos enterrados tem previsto uma verba, para 2023, de 1845 euros e para 2024, de 3690 euros, questionando que tipo de manutenção está prevista para este ano e para o próximo ano. (inicio: após 1 hora e 35 minutos; fim: após 1 hora e 36 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que a Feira de Artesanato evoluiu e melhorou, e a mesma é realizada no centro da Mealhada porque entende, assim como muitas pessoas, que tem de se dar vida ao centro das nossas terras, tem de haver animação e nota-se essa dinamização. Seguiu por dizer que as ruas não foram encerradas

durante 15 dias, e sim apenas durante pequenos períodos para fazer a montagem e não acredita que as pessoas deixem de fazer compras no centro de Mealhada devido ao facto daquelas ruas estarem encerradas, mesmo durante o certame, porque não podem lá estacionar os carros, acrescentando que muitas cidades no país cortam o tráfego no centro das suas cidades e fazem lá eventos para dinamizar a economia local, tendo inclusive vários comerciantes presentes no certame dito que, apesar de apreensivos no início, tiveram mais vendas e mais pessoas foram aos seus estabelecimentos. Disse ainda que concorda que há questões a melhorar, como a questão do palco de som e que poderá ser corrigido para o ano, sendo que a localização do palco principal tem que ver com a segurança e com a própria GNR. Respondeu de seguida relativamente ao orçamento referente à recolha de resíduos, informando que grande fatia do valor é decorrente do aumento brutal que a ERSUC impôs à Câmara Municipal de Mealhada, com custos anormais e tem dúvidas que exista justificação técnica para tal, assim como tem dúvidas que o contrato de concessão esteja a ser cumprido, e que a resposta dada pela ERSUC aos Municípios seja a mais eficaz e transparente, e como tal foi tomada a decisão, em conjunto com outras dezenas de Municípios, de interpor uma providência cautelar sobre o aumento da tarifa como também fazer uma auditoria ao cumprimento do contrato existente com as Câmaras Municipais associadas. Sobre a questão do valor relativo à manutenção dos equipamentos, disse que está a ser preparado um concurso para manutenção dos equipamentos, e que segundo informação dos serviços há anos que não se fazia manutenção destes equipamentos e certamente deveria existir uma manutenção mais regular, e é uma situação que está ser corrigida. (inicio: após 1 hora e 36 minutos; fim: após 1 hora e 44 minutos) ----------

5) O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, no uso da palavra, iniciou por assinalar que a transferência de competências para a Junta de Freguesia de Luso, que delegou na Fonte e no Lago a responsabilidade de limpeza dos espaços, dos Wc, da retirada do lixo das papeleiras e corte e manutenção dos espaços ajardinados, as quais são intervenções mínimas e limitadas aquilo que existe e à necessária intervenção regular de ajardinamento e embelezamento do local, assumindo a citada Junta de Freguesia a sua responsabilidade mas não extravasando as suas competências e o seu orçamento, transmitindo ainda que existe colaboração com a Câmara Municipal e que o interesse da Junta de Freguesia é que o Luso esteja digno para receber as pessoas e para quem lá vive. Quanto à questão da agregação às Águas da Beira Litoral, pediu para que haja o máximo de cuidado, porque o que tem acontecido em grande parte destas agregações é uma subida de preços, como aconteceu por exemplo no Concelho de Penacova, que integrou a entidade APIN e posteriormente tentou sair e não conseguiu e provavelmente terá de pagar uma indemnização de milhões e o processo acabará em tribunal, considerando ainda que a Freguesia de Luso é dupla pagadora, na medida que a Fonte é propriedade da Junta de Freguesia de Luso e a Câmara Municipal faz a sua exploração e captação para abastecimento da Freguesia e não paga à Junta de Freguesia, mas também as pessoas de Luso não pagam a água de

uma forma diferente das restantes pessoas do Concelho. Vincou a cautela que tem de existir com este processo porque, mesmo atendendo às necessidades de ganhar escala e do que é imposto pela União Europeia, o que se verifica muitas vezes é que as Câmara Municipais fazem os investimentos, constroem sistemas de captação, saneamento e depósitos e depois empresas vão explorar as infraestruturas sem terem investido um cêntimo, sendo de extrema importância salvaguardar a integridade das atribuições da água, um bem essencial. Esclareceu que a Junta de Freguesia de Luso não foi envolvida na questão da iluminação do Lago, e que tendo recebido competências sobre o mesmo em janeiro, foram surpreendidos em abril por máquinas a rasgar o relvado, o qual ainda não foi totalmente reposto e impede um trabalho eficaz no espaço. Deixou ainda nota, quanto aos postos de carregamento de veículos elétricos previstos para o Luso, de que quando consultada a Junta de Freguesia sobre a localização referida tinha respondido que não concordava com o local da Avenida Bissaya Barreto pois trata-se de uma localização já com 2 postos disponíveis próximos, nomeadamente no Grande Hotel de Luso, sendo um local mais adequado o Vale dos Castanheiros, bastando para tal fazer uma vala e ficariam disponíveis junto do Centro de Saúde, melhor enquadrados e descentralizados do centro da Vila de Luso. Continuou, solicitando intervenção na valeta da Rua do Forno, já pedida ao executivo anterior, para que ocorra diminuição do caudal de água, que vêm diretamente da estrada 234 descarregar diretamente no centro de Luso e assim preparar o próximo inverno. Referiu de seguida intervenção por si realizada em sessão anterior, relacionada com o Decreto-Lei 82/2021 que instalou sistema de gestão integrada dos fogos rurais em Portugal, vincando a sua dimensão castradora do turismo e das atividades turísticas em espaços naturais, penalizadora sobretudo para o Luso, questionando o que a Câmara Municipal fez ou pretende fazer acerca de tal legislação. De seguida mencionou o facto da Rua Fotografia Conimbricense, acesso principal à estação, estar fechada há quase meio ano, que por enquanto não é necessária porque os comboios ainda estão suspensos devido às obras da Linha da Beira Alta, mas quando estiver reativada não faz sentido as pessoas irem pela 234, estando lá sinalética de perigo e os próprios muros apresentam-se muito instáveis, sendo necessário fazer uma obra de fundo, perguntando até quando a situação se irá manter. Prosseguiu dizendo que chegou ao conhecimento da Junta de Freguesia de Luso que a Câmara Municipal tem previsto um edifício na Avenida Emídio Navarro, acima dos Wc, destinado a questões de perdas de águas, perguntando se tal é verdade e de que edifício se trata. Questionou ainda em que estado está o processo em Tribunal relacionado com a extinta Sociedade de Águas de Luso, referindo que a Câmara Municipal e o Luso encontram-se reféns de uma empresa fantasma porque existem espaços que estão a fazer falta ao Luso e que precisam de estar abertos a visitantes, necessitando essa situação de resolução, assim como a questão dos Campos de Ténis que não avança e é importante perceber em que dimensão está. Referiu depois a Fundação Luso, que tem um nome e opera num local em que subsistem dúvidas de legitimidade para tal porque a concessão foi feita à Sociedade Águas do Luso e a dita Fundação é uma

criação muito recente, inserida numa estratégia de desligamento da antiga Sociedade, sendo importante esclarecer o papel desta entidade no Luso, qual a legitimidade para ter espaços e os encerrar e não estarem disponíveis para as pessoas. Seguiu dizendo que é importante a Câmara Municipal iniciar negociações, com a Central de Cervejas ou com quem quer que seja, sobre contratos para os próximos 50 anos, os quais terminam em 8/9 anos, e tratando-se de uma receita importante de cerca de 90 mil euros/ano, sem a qual a Junta de Freguesia de Luso fica limitada e sem perspetivas de melhorias futuras. Finalizou desenvolvendo sobre a candidatura da Marta Nacional do Buçaco à UNESCO, assinalando a surpresa do executivo da Junta de Freguesia do Luso com a notícia sobre a reformulação da citada candidatura, passando a mesma a integrar mais um proponente, nomeadamente a Câmara Municipal de Mealhada, lamentando que a Junta de Freguesia do Luso não tenha sido envolvida e desconsiderada neste trabalho, apesar de ter manifestado publicamente o seu interesse nesta matéria e ter apresentado o seu entendimento sobre a inclusão na candidatura da antiga zona da zona antiga da Vila do Luso, de forma a potenciar toda a dinâmica económica e social local, reforçando a importância e a relevância da Junta de Freguesia integrar a equipa de trabalho responsável pela candidatura de modo a acompanhar o processo e dar o seu contributo. (inicio: após 1 hora e 45 minutos; fim: após 2 horas e 03 minutos) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por dar nota da demonstração de resiliência do Senhor Presidente da Mesa com a sua presença. Seguiu referindo informação constante da newsletter da autarquia, na qual consta a notícia da consignação da empreitada relativa às zonas de medição e controlo de sistemas de abastecimento de água do Município, que implementará um sistema de vigilância e controlo de perdas de água nos sistemas de abastecimento do Concelho, num investimento que ultrapassa os 660 mil euros, sublinhando o esforço efetuado para realizar um investimento que traz consigo uma diminuição de despesa numa área crucial. Prosseguiu mencionando os encargos com as tarifas de resíduos urbanos e o facto de estarmos ainda a meio do ano e a rubrica estar quase completamente comprometida, situação que preocupa mas se deve quase exclusivamente à ineficiência da entidade ERSUC, isto porque a qualidade e a gestão dos resíduos não melhorou mas o custo total de tonelada passou de, em 2022 39,96 euros para, em 2023, 92,55 euros, e passará em 2024 para 105,37 euros, um aumento de 163%, questionando qual o real défice entre a taxa de resíduos urbanos cobrada aos munícipes e as suportadas pelo município junto da APA e da ERSUC. Indagou se a situação descrita é financeiramente comportável e sustentável a curto prazo, tendo em conta o forte impacto nas contas do Município, situação que não deve ser descurada. (inicio: após 2 horas e 04 minutos; fim: após 2 horas e 11 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por vincar que não comenta nem discute a propriedade da água do Luso, já que a água é um bem que é de todos nós. De seguida disse que os

postos de carregamento elétrico foram colocados nos locais tecnicamente mais favoráveis, devidamente justificados, sendo que os que estão no Grande Hotel do Luso são privados, só para clientes da unidade hoteleira. Sobre a valeta da Rua do Forno afirmou que está previsto projeto, sendo que sobre o Decreto-Lei 82/2021, a Câmara Municipal analisou o processo e reuniu com o Senhor Secretário de Estado responsável e com o ICNF - e que sendo o Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva técnico dessa entidade porventura conheceria o ponto de situação atual - tendo a Câmara Municipal, assim como muitos outros concelhos, contestado o citado Decreto-Lei e apresentando os problemas que lhe estão adjacentes, sejam os turísticos ou da desertificação do interior, e que levou à suspensão do diploma e terá de se aguardar desenvolvimentos. Quanto à Rua Fotografia Conimbricense disse que já foi dado prazo aos proprietários para resolverem o problema do muro e está encerrada por uma questão de segurança, estando a situação a ser acompanhada pela Proteção Civil e pela Divisão de Gestão Urbanística. Em relação ao edifício planeado para a Avenida Emídio Navarro, disse tratar-se do projeto de controlo de perdas de água e deverá ser apenas uma pequena cabine para colocar um equipamento. Informou que o processo que decorre em Tribunal com as Águas do Luso está decorrer e os advogados estão a trabalhar no mesmo. Concordou que o Casino do Luso deveria estar ao serviço da população, tendo já havido conversações nesse sentido, julgando ter de existir uma gestão conjunta entre Junta de Freguesia de Luso e Fundação Luso. Sobre a candidatura à UNESCO, disse que o trabalho está ser coordenado pela Arquiteta Teresa Marques, conhecedora do Luso e da Mata Nacional do Buçaco, tendo a equipa sido montada pela Fundação Mata do Buçaco, e se a candidatura for avante ganha o Luso, ganha a Mealhada e ganha toda a região, e foi transmitido que quanto mais alargada for a candidatura mais difícil será conseguir esta vitória de tornar a Mata Nacional do Buçaco património da Humanidade, e se a Junta de Freguesia de Luso entende ter argumentos válidos, deve apresentar os mesmos à Fundação Mata do Buçaco, que com certeza os acolherá. Seguiu referindo e elencando as competências transferidas pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia de Luso, e que vão muito mais além do simples corte de relva, vincando que o objetivo é que haja um trabalho conjunto e tentar melhorar. De seguida assinalou que o executivo está a realizar projetos para investimento mas também para diminuir custos, não só de manutenção mas também os do dia-a-dia, seja iluminação, seja águas, seja no próprio lixo urbano, com a implementação de parcerias com a E-Redes, instalação e uso de energias alternativas nos equipamentos municipais, desenvolver projeto da compostagem, assim como com o projeto Porta-a-Porta, projeto este no qual a autarquia se está a substituir a uma responsabilidade que é da ERSUC, entidade que está a implementar o mesmo projeto em Coimbra e em Aveiro, e o Município de Mealhada apesar de acionista da entidade ficou de lado, estando a decorrer conversações para que haja comparticipação nesta recolha pois está contratualizado que essa responsabilidade é da ERSUC. Confirmou de seguida que existirá défice na rubrica para encargos com as tarifas de resíduos urbanos, pois ninguém estava à espera de aumento de tal

dimensão, vincando que as pessoas têm de notar que para usufruírem dos Serviços da Câmara Municipal de Mealhada pagam dos valores mais baixos da região, seja na área da educação, seja na área das taxas ou ao nível de tarifas. Apontou que a questão dos lixos é algo preocupante, que está a tentar reduzir-se os custos, seja com o Porta-A-Porta, seja com a compostagem, e irá fazer-se um projeto de bio resíduos mas reafirma que a ERSUC não é eficaz, algo já assumido pelo presidente da entidade que se justifica com a falta de motoristas, e portanto não cumprindo acumulam-se o papel, o plástico e o vidro e depois tem de ser a Câmara Municipal ou as Juntas de Freguesia a fazer essa recolha, de modo a ter uma boa imagem dos lugares, mas a entidade também não faz a limpeza e lavagem dos contentores como contratualizado, mas depois em outros Municípios com outras empresas similares tem-se tudo novo e a brilhar pelo mesmo custo. Terminou afirmando que com este aumento de despesa brutal e insuportável terá de ocorrer aumento da tarifa dos resíduos sólidos urbanos, despesa ao qual acresce o aumento com os transportes de cerca de 300 mil euros, ou do gás na ordem dos 250 mil euros ou ainda de cerca de 200 mil euros nas refeições, o torna a situação incomportável, existindo ainda a acrescentar o aviso da APA para aumentar a taxa de recuperação. (inicio: após 2 horas e 11 minutos; fim: após 2 horas e 31 minutos) ----------

7) O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Lopes Semedo, no uso da palavra, iniciou por demonstrar regozijo com a presença do Senhor Presidente da Mesa e desejar as rápidas melhoras. Prosseguiu assinalando que tem intervindo pouco nas Sessões da Assembleia Municipal, não porque na União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes não existam problemas, pois existem buracos na estrada ou valetas por cimentar ou tampas de saneamento levantadas assim como nas outras Juntas de Freguesia, contudo entende não ser local adequado para confrontar o responsável máximo pela autarquia. Seguiu dizendo que entende que as Sessões da Assembleia Municipal são o lugar indicado para qualquer cidadão apresentar as suas questões relativas a todo e qualquer tipo de situações, mas que questões pessoais que por vezes são levantadas não o deveriam ser, uma vez que dizem respeito a assuntos particulares. Entende que os Senhores Deputados Municipais têm na Assembleia Municipal o seu espaço para poderem apresentar as suas ideias e sugestões sobre as mais variadas questões, vincando ter uma visão diferente sobre o papel dos Presidentes de Junta e que, não criticando como cada um gere a sua presença nas ditas Sessões e como pretende dar mais ou menos visibilidade à posição de Presidente de Junta ou querem passar informação para os seus fregueses ou público que assiste, interpreta que há assuntos que devem ser tratados nos lugares próprios. Se existem buracos na estrada ou tampas de saneamento fora do lugar ou ruas para pavimentar, existem serviços camarários para resolver tais problemas, questionando se alguma vez o Senhor Presidente da Câmara Municipal se recusou a receber um Presidente de Junta que queira expor uma situação ou necessitar de reparo, concebendo que deve ser essa a via normal com vista à

resolução dos problemas e é assim que pensa e assim que tem procedido. (inicio: após 2 horas e 31 minutos; fim: após 2 horas e 34 minutos) ----------
8) O Senhor Deputado Municipal Carlos das Neves, no uso da palavra, iniciou por estimar a presença com saúde do Senhor Presidente da Mesa. Seguiu dizendo que o Senhor Vereador José Calhoa Morais o tinha desmentido em relação a algo que tinha dito na última sessão, acrescentando que quando referiu que o Senhor João Cidra era o engenheiro responsável pela obra em Barcouço não mentiu, não sendo contra ninguém mas a favor da verdade. Prosseguiu pedindo desculpa ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, já que ninguém o fez, pela maldade que lhe cometeram na Freguesia de Barcouço, onde após convite para inaugurar a feira, colocaram camisolas de partidos, acrescentando que Barcouço está a mudar com a vinda de gente nova e com outra mentalidade. Terminou por dizer que aguarda resolução para a questão da falta de água no seu poço após o início das citadas obras em Barcouço, e que não culpabiliza o dono da estação de camionagem mas sim o citado Senhor Vereador e o Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço por tal situação, questionando ainda sobre a obstrução de um caminho para combate aos incêndios. (inicio: após 2 horas e 35 minutos; fim: após 2 horas e 41 minutos) --
9) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por dizer que gosta de intervir nas Sessões da Assembleia Municipal, interagindo com os colegas Senhores Deputados Municipais e com as pessoas que acompanham a reunião. Seguiu referindo que gostava de ver repetido na Freguesia que preside uma ação de esclarecimento que foi desenvolvida em Monte Novo – Salgueiral, relativamente ao plano operacional de gestão integrada de fogos rurais, dado o feedback agradável da população, questionando de seguida de que forma é que o Município se tem preparado para a época de incêndios, para além da limpeza da zona envolvente de Santa Cristina, e se iriam ser abertos caminhos nas matas, tal como foi efetuado na zona de Barcouço/Silvã/Casal Comba, de modo a ter melhores acessibilidades, vincando que apesar das responsabilidade sobre os caminhos vicinais ser das Juntas de Freguesia, estas não tem dinheiro para zelar pelos mesmos. Sugeriu de seguida o renascer o programa "*Praças com Vida*", uma iniciativa que teve muito sucesso na Freguesia de Vacariça, levando a cultura à população. Questionou se já existe esboço ou algo planeado para o espaço da zona envolvente ao Bar na Vacariça. Informou e alertou para várias queixas que tem recebido sobre o estado do piso onde ocorre passagem regular e constante de veículos pesados originários da obra da Linha da Beira Alta, entendendo que os custos inerentes às reparações de tais estragos deveriam ser imputados à empresa responsável pela dita obra, devendo também existir uma sensibilização para que os pesados não circulem no centro da localidade e contornarem o local. Propôs depois a criação de uma zona industrial com pequenos pavilhões, de baixo custo de modo a acolher e aglomerar pequenos empresários, à semelhança do que já se faz noutras localidades, indicando a parte norte de Pampilhosa onde existiu em tempos um projeto para campo de golfe como localização ideal para tal. Sobre o Porta-a-Porta, informou que passaram quase 2 meses para recolher o plástico no Pêgo e não

percebe como este sistema de recolha ainda não foi aperfeiçoado. Finalizou solicitando auxílio em relação aos passeios do Parque de Merendas de Lograssol, disponibilizando-se para uma parceria com a Câmara Municipal de modo a resolver a questão e implementar por exemplo um passadiço em tartan verde, dissimulado no meio do jardim, porque podem vir a ser imputadas responsabilidades ao Município em caso de acidente com o que existe atualmente. (inicio: após 2 horas e 41 minutos; fim: após 3 horas) ----------

10) O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, no uso da palavra, iniciou por referir que efetivamente é técnico do ICNF mas caso tivesse alguma intervenção na matéria em causa, nomeadamente o Decreto-Lei 82/2021, por uma questão de integridade profissional, nunca interviria sobre o mesmo na Assembleia Municipal. Seguiu dizendo que na intervenção anterior referiu a questão da propriedade da Fonte de São João e não da água que brota da mesma, assim como a Câmara Municipal de Coimbra ou outras entidades não são donas do rio Mondego mas abastecem-se lá e cobram às populações, assim como a Junta de Freguesia de Luso nada recebe de uma água que está sair de uma Fonte que é sua e não pode vir a ser cobrado e penalizada para o futuro, numa suposta agregação que tem prejudicado por todo o país como se verificou em vários Concelhos do país onde se gastassem mais, pagavam menos. Vincou que a sua intervenção não pretendia esgrimir propriedade sobre a água mas apenas alertar para uma situação que poderá verificar-se muito complicada. (inicio: após 3 horas; fim: após 3 horas e 03 minutos) ----------

11) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por perguntar se o Município de Mealhada continua como membro da administração da ERSUC, pois é o que consta da página web da empresa. Seguiu por dizer que, tal como o Senhor Presidente da Câmara, atende às reuniões da CIM e toda a gente se queixa do serviço prestado pela ERSUC. Seguiu dizendo que o projeto Porta-a-Porta vai ser um desastre financeiro pois são uns milhares de euros por tonelada, quando esse serviço deveria ser feito pela ERSUC e é um luxo recolherem esses resíduos à porta de casa das pessoas, sendo que porventura não haverá capacidade para pagar tal serviço e será dinheiro que irá fazer falta para outras obras. Seguiu perguntando se estando o Município na Administração da ERSUC, segundo a página oficial da empresa, quais são os resultados dessa presença e que gostaria de ver relatórios do trabalho da pessoa que está a representar o Município, sendo que estar na administração da ERSUC envergonha o Concelho de Mealhada, pois quando se queixa nas reuniões da CIM é confrontado pelos restantes Municípios com o facto de ser um dos "*donos*" da empresa e portanto com responsabilidades. Finalizou afirmando que foram gastos 1,3 milhões de euros para alcançar um lugar na administração, indagando qual o resultado desse mesmo lugar; o que tem sido feito pela pessoa que está nesse lugar e quanto ganha e porque lá continua. (início: após 03 horas e 03 minutos; fim: após 03 horas e 05 minutos) ----------

12) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, no uso da palavra, iniciou por desejar as melhoras ao Senhor Presidente da Mesa,

prosseguindo por informar que a Feira Sabor e Artes foi um sucesso superior ao ano anterior, tendo sido convidado todo o executivo municipal e todas as Juntas de Freguesia do Concelho assim como as respetivas Assembleias, e jamais a Junta de Freguesia de Barcouço ou o seu presidente tratarão mal qualquer autarca, muito menos o do Concelho e só não esteve presente quem efetivamente não pôde ou não quis. Seguiu esclarecendo que, relativamente à obra referida na intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Neves, é apenas o engenheiro responsável/coordenador do projeto no edifício principal de escritórios e pavilhões, não tendo relação com as restantes obras que se realizaram ou realizam, sendo as acusações de que foi alvo totalmente infundadas. (inicio: após 3 horas e 05 minutos; fim: após 3 horas e 09 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por reiterar as palavras do Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Lopes Semedo, demonstrando a sua disponibilidade para receber todos os Presidentes de Junta de Freguesia, pois as Juntas de Freguesia são fundamentais para o bom desenvolvimento do Concelho. Sobre os fogos rurais e os caminhos florestais referiu que é responsabilidade das Juntas de Freguesia mas existe o compromisso do Município para tentar ajudar, tendo iniciado em Barcouço por uma questão de urgência porque num incêndio que ocorreu já este ano, 4 ou 5 carros autotanques dos bombeiros ficaram atolados, efetuando-se igualmente pequenas intervenções no Luso, e é um projeto em desenvolvimento numa preparação e planeamento para a época de incêndios feita pela proteção civil em consonância com os bombeiros, confirmando depois que foi analisada a possibilidade de um eventual protocolo com o exército para fazer um programa de limpeza no Concelho, mas que ainda não foi avante até pelas dificuldades porque passa o próprio exército. Sobre a iniciativa "*Praças com Vida*" referiu que foi um projeto da CIM, na época COVID e também como meio de ajudar as empresas, mas que neste momento não existe. O projeto para o espaço da zona envolvente ao Bar na Vacariça está em preparação pelo arquiteto responsável para o efeito. Sobre a COMSA e Linha da Beira Alta disse que existe um levantamento feito pela empresa acerca do estado das estradas e também de algumas casas, e que os mesmos ficaram de remeter esse documento mas até à data não o fizeram, tendo já o Município efetuado algumas intervenções em que existindo responsabilidade dessas entidades será apresentada a conta. Sobre o alargamento das zonas industriais no âmbito da alteração do PDM referiu que não é algo simples de realizar, tendo de atender sobretudo a prazos de execução e orçamento ao que acresce a existência de reserva ecológica. Acerca do programa Porta-a-Porta disse que o Município não tem carro específico para esse propósito, estando o concurso para o efeito concluído mas o carro ainda não chegou. Em relação ao piso no parque de merendas concordou que o mesmo não está bem e a ideia sugerida não é descabida e poderá ser analisada mas como está integrado na reserva ecológica é algo a ser analisado em conjunto com o Ministério do Ambiente.

Seguiu por dizer que quando referiu o ICNF e o possível conhecimento da questão pelo Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, que é técnico da entidade, foi unicamente porque o assunto foi amplamente discutido e havia até incómodo por parte do ICNF com o processo, por eventualmente não se reverem no pretendido. Finalizou vincando que a Câmara Municipal de Mealhada não integra o conselho de administração da ERSUC e se alguém lá está em representação do Município, fá-lo ilegalmente. (início: após 03 horas e 09 minutos; fim: após 03 horas e 22 minutos) ----------

13) O Senhor Deputado Municipal João Louzado, no uso da palavra, iniciou por referir que a direção dos trabalhos da sessão é responsabilidade do Senhor Presidente da Mesa, com o qual é completamente solidário, mas entende que a boa vontade e tolerância deve ter por parte dos Senhores Deputados Municipais o cuidado especial do poder de síntese, sob pena de prejudicar outras intervenções. A transmissão de streaming pode e até deve ser utilizada para comunicar com a população, com a principal função de transparência, mas também a de promover uma maior participação e aproximação dos munícipes, sendo que teme que com as longas intervenções o efeito seja precisamente o contrário, acrescentando que o Regimento da Assembleia Municipal existe e deve ser respeitado. De seguida abordou o tema da habitação, que deve merecer atenção, mencionando a notícia de um órgão de comunicação social em que é referido o caso de pessoas que apesar de terem salário mínimo não tem condições para pagar uma casa e estão a viver na rua, situação que entende jamais poder ocorrer no Concelho da Mealhada, instando para que sejam envidados esforços de prevenção a tal problemática, pedindo ainda para que a Senhora Deputada Municipal, e igualmente Deputada na Assembleia da República, Joana Sá Pereira contatar com o Senhor Governador do Banco de Portugal e com o Senhor Presidente da Assembleia da República e lhes recorde que o Estado tem um banco e que deveria ser este a dar o exemplo quanto à remuneração dos depósitos e juros do crédito habitação. Salientou depois que toda a gente tem direito a uma habitação digna e todos tem a obrigação e o dever como eleitos e como cidadãos de tudo fazer para garantir habitação digna a todo e qualquer português. Seguiu referindo alerta também para a situação das IPSS, que ao contrário das empresas não tiveram nenhum programa de apoio específico que lhes permitisse ultrapassar a crise da inflação, estando dependentes quer do apoio que o Estado lhes dá e que é definido por esse mesmo Estado, que atualiza as taxas de apoio de forma vergonhosa, quer pelas comparticipações pagas pelos utentes mas em função de tabelas definidas igualmente pelo Estado, entrando assim num espiral donde não conseguem sair. Classificou de seguida as IPSS como fundamentais para a sociedade, devendo as mesmas ser apoiadas, porque as mesmas sentem desalento e desacreditam em qualquer apelo que façam as entidades, solicitando à Câmara Municipal atenção para estas entidades. Deixou por fim um terceiro alerta, nomeadamente acerca do TGV, algo que pode ser devastador para todos e necessita de mais e melhor debate, pois independentemente dos traçados definidos o Concelho de Mealhada é afetado, assinalando ser imperioso,

dado a consulta pública do assunto ser possível até 31 de julho, aceder ao site *Participa.pt* e reclamar, dar sugestões e opiniões. Julga que todos tem uma palavra a dizer pois tal projeto é algo que afeta todos, independentemente de onde passa o traçado, dando nota que tendo em conta estudo efetuado em 2009 acerca do fluxo de passageiros nos transportes e o decréscimo contínuo desse mesmo fluxo, tal empreendimento será mais uma parceria em que todos e cada um serão chamados a pagar rendas porque não são projetos rentáveis, devendo optar-se sim por ligações transfronteiriças e não para andar a passear dentro das cidades porque se a aposta for só o turismo, acarreta riscos como se verificou na pandemia. Deixou depois a questão se valerá a pena investir e comprometer não só o território mas também o futuro dos nossos filhos e continuar agarrados ao pagamento das rendas que asfixiam e trazem com elas uma carga de impostos que só aumenta. Finalizou, no seguimento do dito, adjetivando-se socialista pelo coração mas social-democrata pela razão, na medida em que acha que toda a gente tem direto a um limiar de vida que permita viver com dignidade, e que o futuro do concelho e do país tem que assentar num equilíbrio entre a criação de riqueza e a sua distribuição. (início: após 03 horas e 22 minutos; fim: após 03 horas e 35 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

**1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 12:** ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a referida Ata n.º 12. (início: após 03 horas e 35 minutos; fim: após 03 horas e 36 minutos) ----------

Os Senhores Deputados Municipais: Carlos Veloso, Sandra Machado, Rui César, Carlos das Neves, José Martins e João Silva não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 12. ----------

**2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE FEVEREIRO:** ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Carlos Pimenta, João Louceiro, Frederico Santos, Pedro Semedo e o Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por deixar a nota que seria bastante salutar para a gestão do Município e para leitura dos próprios Deputados da Assembleia Municipal que a Divisão de Gestão Urbanística, à semelhança das outras divisões, também produzisse algum relatório que pudesse espelhar a eficiência, ou ineficiência, dessa mesma divisão no decorrer do exercício do ano em causa. (início: após 03 horas e 37 minutos; fim: após 03 horas e 38 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por dar nota que existem muitas intervenções efetuadas no período antes da ordem do dia

que fariam mais sentido se efetuadas neste ponto, pois muitas das questões levantadas nesse período dizem respeito precisamente à informação prestada e ao questionamento do executivo, através do Senhor Presidente da Câmara, da atividade desenvolvida. Perguntou depois se a situação relatada na última sessão do órgão por munícipe do Luso, relativamente à passagem cabos elétricos na iluminação do Lago de Luso dentro de uma calha de escoamento de águas, estava resolvida, assim como se existem progressos na deteção do desvio de água que retirou o fluxo que levava a mesma até ao dito Lago. Questionou de seguida, e tendo em conta a afirmação de realização regular de análises à qualidade da água da Fonte de S. João, o facto de não se encontrar nas informações escritas entregues à Assembleia Municipal qualquer referência a esses procedimentos e que deveria constar, quer a calendarização quer os resultados, publicitando-se igualmente tal informação em locais públicos, indagando ainda sobre quando será instalado o sistema de esterilização das águas à saída das bicas da dita Fonte. Prosseguiu, referindo-se ao suplemento de penosidade e insalubridade, questionando se, depois da abertura demonstrada pelo Senhor Presidente da Câmara no início do mandato em rever decisões relativas ao assunto e sendo já maio de 2023, foram concretizadas melhorias neste âmbito. Perguntou se foi averiguado acerca da olaia centenária junto à capela de Sant' Ana. Sobre a requalificação da passagem superior sul à linha do Norte, é dito na informação que foi rececionado parecer favorável da I.P. em 04/05/2023, perguntando então se estão criadas as condições para a reparação do Pontão e lembrando que a reabilitação e modernização da estação ferroviária de Pampilhosa foi um compromisso da I.P., relacionado com o reconhecimento de interesse Público Municipal que era necessário ao avanço das obras da concordância, pergunta quais os desenvolvimentos nesse domínio. Sobre a questão da Alta Velocidade, referiu a consulta pública até dia 31 de julho, com duas alternativas que têm implicações no Concelho de Mealhada e nesse seguimento perguntou se o executivo já definiu posição sobre a matéria e se tem em vista dinamizar a participação na consulta pública. Solicitou identificação dos trabalhos principais que irão integrar a requalificação da EB2 de Mealhada, demostrando depois satisfação pela abertura da cafetaria da Alameda, importante para a imagem da Mealhada. Notou e assinalou a obra das zonas de medição e controlo, essencial para fazer face às perdas de água, e que ingressam num conjunto de responsabilidades da autarquia e no núcleo fundamental de competências e atribuições do poder local, que não sendo muito visíveis são muito importantes para a qualidade de vida das populações. Requestou informação sobre a reunião periódica com o Senhor Diretor do Agrupamento e o ponto de situação da problemática com as verbas e a transferência de competências. Deu nota para o feedback recebido de algumas pessoas, para os constrangimentos sentidos pelas perturbações de trânsito provocadas pela Feira de Artesanato mas que de maneira geral mostraram satisfação pelo cuidado com os horários mais controlados nos espetáculos, com exceção do funcionamento até mais tarde da pista de carrinhos de choque e do barulho que daí advinha. Seguiu questionando a abordagem

comunicativa que existe perante o não funcionamento do Mercado de Mealhada, pois muita gente não percebe que tal situação se verifique, podendo a newsletter do Município ser utilizada para explicar à população o que está a acontecer e de quem é responsabilidade de tal. Terminou perguntando quando será resolvida a questão do aterro na entrada do Cardal, aspeto péssimo para a imagem do Concelho num local de muita passagem. (início: após 03 horas e 38 minutos; fim: após 03 horas e 49 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por dizer qua não tira ilações dos documentos contabilísticos pois as contas fazem-se no final do ano. Pediu esclarecimentos relativamente à sala polivalente do Luso, pois a descrição que surge na informação prestada é a mesma de há um ano atrás, questionando o que se pretende fazer e quando. Sobre a requalificação do Pontão de Pampilhosa perguntou o que se pretende rever no projeto e o que falta para se poder lançar a obra. Acerca do Mercado Municipal de Mealhada perguntou, tendo em conta a receção provisória parcial da obra em 30 de janeiro e aprovada em 24 de abril, de quem é a culpa pela não abertura do mesmo, sendo que na informação prestada pelos serviços o Mercado de Pampilhosa surge simultaneamente nas obras em execução e nas concluídas, questionando o porquê de tal. Em relação à Biblioteca Municipal, congratulou que o executivo tenha atendido a intervenção do PS sobre o alargamento do horário de funcionamento desse espaço municipal, no entanto fica aquém do que existia anteriormente, questionando ainda se o espólio da biblioteca está atualizado e quantas obras foram adquiridas no último ano. Finalizou referindo as várias queixas de munícipes em relação ao serviço Porta-a-Porta, com intervalos de recolha muito grandes, e que não está a funcionar muito bem. (início: após 03 horas e 49 minutos; fim: após 03 horas e 54 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

*"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal* ----------

*Caros cidadãos* ----------

*Neste ponto da ordem de trabalhos venho lançar algumas questões sobre a Freguesia de Pampilhosa, sendo porta-voz de munícipes que me transmitiram as suas preocupações.* ----------

*1 - Gostaríamos de saber o ponto de situação do projeto e execução da requalificação da baixa da Pampilhosa.* ----------

*Neste contexto, pergunta-se ainda, a haver projeto, se ainda corresponde ao que foi apresentado no mandato do executivo anterior, presidido pelo Sr. Dr. Rui Marqueiro?*

*2 – Gostaríamos também de inquirir sobre a existência ou não de um projeto para os terrenos da SOPREM na Pampilhosa. Havia a perspetiva de se criar um terminal rodoferroviário. Agora não sabemos.* ----------

*3 – Sobre a beneficiação do Pontão, há alguma informação na documentação, contudo, face a uma série de informações pouco esclarecedoras colhidas aqui e ali, gostaríamos de saber em que pé está o assunto. Indicam que há alguma dificuldade na circulação de viaturas pesadas.* ----------

*4 – Muitos moradores da Freguesia de Pampilhosa manifestam grande preocupação face ao estado dos arruamentos da Freguesia e procuram saber se há alguma intenção por parte da Câmara em proceder à melhoria do pavimento de ruas e estradas. Este problema está longe de ser exclusivo de Pampilhosa, bastando andar pelas estradas do Concelho em alguns locais.* ----------

*5 - O último tema que me traz aqui é o ponto da situação em relação à Biblioteca da Pampilhosa. Sabemos, naturalmente, que há uma biblioteca com designação e com a coleção integrada no catálogo municipal. Contudo, esses livros não estão disponíveis ao público livremente. Profissionalmente, estou ligado à atividade das bibliotecas do concelho, contudo tenho um conhecimento muito genérico sobre a situação e não vou emitir opinião profissional sobre o caso em si. O que alguns munícipes da Pampilhosa sugerem é aproveitar algum do espaço do mercado para criar um polo de leitura dinâmico. O problema é quase sempre o de recursos humanos. O que tem o executivo a dizer sobre o tema?"* (início: após 03 horas e 54 minutos; fim: após 03 horas e 58 minutos) ----------

5) O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, no uso da palavra, iniciou por referir-se ao projeto de reabilitação da sala polivalente de Luso e que em reunião com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Vereador Ricardo Santos foi transmitida a sugestão de instalar um espaço que seja uma porta de entrada para a Mata do Buçaco, uma espécie de antecâmara/preâmbulo, numa primeira abordagem em que ocorre um enquadramento ao que é a Mata, até para atrair pessoas. Em relação à proposta de um projeto de ecopista no antigo ramal ferroviário da Figueira da Foz, diz que se deve refletir porque muitas ecopistas do país nem são muito utilizadas e deverá observar-se o feito pelo Concelho de Águeda e C.P., com a ativação de um comboio histórico, com ganhos turísticos significativos e com muita aderência durante o verão, e que a fazer-se projeto semelhante no antigo ramal ferroviário, a Pampilhosa seria um ponto turístico imediatamente ativado e que com a renovação do Chalet Suiço poderia crescer e significar bastante para o Concelho e região. Finalizou por fazer referência aos materiais de biomassa das empresas de produção florestal acumuladas na estrada 235 Luso-Penacova, os quais podem resultar em incêndio e pedia atenção e aplicação de coimas se possível, ressalvando que a Junta de Freguesia de Luso já sugeriu anteriormente a criação de núcleos intermunicipais para os operadores florestais possam depositar os resíduos. (início: após 03 horas e 59 minutos; fim: após 04 horas e 04 minutos) -

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, iniciou por referir que em relação aos cabos elétricos foi-lhe transmitido pelos serviços que não existia perigo algum e foram assim colocados por uma questão de urgência de acesso e findos os trabalhos iriam rever a situação, sendo que em relação ao desvio da água dos canais que fluíam para o Lago de Luso foi-lhe comunicado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso que colocaram a água para rega e para os ditos canais. As análises da água da Fonte de S. João é um processo coordenado pela Senhora Delegada de Saúde e têm sido publicados nos locais devidos para o efeito mas sempre que ocorre um

alerta vermelho a situação é prontamente corrigida, acrescentando que o projeto de esterilização da água é exatamente para adicionar controlo à qualidade da água para evitar contaminação e está em execução e dentro dos prazos. Quanto ao suplemento de penosidade e insalubridade, referiu que tem havido reuniões sobre o assunto tendo já sido revistas duas situações, embora não da forma como se pretenderia mas a Lei assim o dita. Acrescentou ainda não ter informações da olaia centenária que se encontra junto da Capela de Sant'Ana e iria relembrar os serviços para averiguar. Quanto ao Pontão é um processo para o qual já existem pareceres e está em agenda preparar o lançamento de concurso e tudo será feito para avançar com este projeto. Informou que o projeto da estação ferroviária está atrasado, ocorrendo brevemente uma intervenção na Linha do Norte, mais especificamente nas linhas. Esclareceu que a questão da Linha de Alta Velocidade já foi alvo de análise em reunião de Câmara municipal e decidiu-se, com base em pareceres técnicos e também políticos, defender a hipótese mais a oeste, que afeta a zona de Pisão e Grada e passará sob a forma de viaduto, numa localização com poucas construções e que após intervenção ainda permitirá alguma utilização do solo, sendo que a outra alternativa passava por Barcouço, atingia 2/3 casas em Rio Côvo e cortava a meio Vimieira e Silvã, criando uma separação do território, para além de toda a questão do ruído e impedimentos construtivos. Sobre a requalificação da EB 2 de Mealhada vai-se apostar na eficiência energética do edifício substituindo o gás por energia solar, criar zonas acessíveis a todos com proteção solar e da chuva, recuperar os campos de desporto e do pavilhão e zonas sanitárias e criação de edifico de apoio para lazer dos alunos. Sobre a reunião com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas referiu que muito foi discutido e muito ficou por debater, tendo sido informado que a administração central já transferiu verbas para o agrupamento mas que está ser tentada uma resposta em conjunto, num processo em que a responsabilidade não é toda da Câmara Municipal e a administração central terá que assumir os seus compromissos. Corroborou de seguida as queixas relativamente ao barulho produzido pelos carrinhos de choque na Feira de Artesanato. Relativamente ao Mercado de Mealhada informou que a receção foi parcelar por problemas na construção e noutra parte que foi recebida condicionada está em preparação a abertura de concurso. Assumiu que o aterro no Cardal dá uma péssima imagem, e que já foi ordenado a sua remoção ao empreiteiro que lá o colocou. No que diz respeito ao polivalente de Luso referiu que está concluído mas não é prioritário no momento, existindo outras frentes de trabalho que se entendem mais cruciais. Referiu depois que o espólio da Biblioteca Municipal tem sido atualizado, embora existam alguns problemas com a utilização da sala do anfiteatro mas tal deve-se à cedência do mesmo para sessões do Tribunal, já que o edifício do mesmo está sofrer intervenção, obras essas de melhoria já bastante notória. Continuou referindo-se ao projeto Porta-a-Porta, concordando que o mesmo tem dificuldades de funcionamento e tal é resultado das expectativas criadas pelo próprio Partido Socialista que iniciou o projeto sem ter equipamentos e pessoal para dar resposta, estando agora a fazer-se o serviço com um carro de recolha de lixo normal com os custos e dificuldades

que isso acarreta, estando a chegada do carro específico para o serviço prevista para meados de julho/agosto e portanto aí será feito um planeamento e calendarização de recolhas, embora defenda que a responsabilidade dessa recolha não é da Câmara Municipal de Mealhada e sim da ERSUC. Sobre a animação de Verão na Vila de Luso afirmou que não se vai gastar mais que no ano passado e que terminava no dia de hoje a entrega de propostas para o efeito, sendo que não existe protocolo com nenhuma associação e trata-se duma questão de transparência. Em relação à requalificação da baixa da Pampilhosa está em alteração mas vai avançar, com piso à mesma cota e com prioridade ao peão, sendo que os terrenos da SOPREM estão em análise para uma plataforma rodoferroviária. Sobre o problema das viaturas pesadas a passar em cima do Pontão referiu que está no local sinalização de limitação de peso já há muitos anos, acrescentando que os arruamentos serão alvo de intervenção em locais já identificados. A Biblioteca da Pampilhosa irá abrir no Mercado de Pampilhosa, estando o procedimento a ser articulado em conjunto com a Junta de Freguesia de Pampilhosa. Em relação à ecopista no ramal da Figueira da Foz está no plano ferroviário, sendo que sobre o material da biomassa remeterá para os serviços e quanto aos projetos de criação de espaços para depósito dos mesmos, trata-se de um projeto intermunicipal estando em análise os melhores locais para o efeito. (início: após 04 horas e 05 minutos; fim: após 04 horas e 25 minutos) ----------

**3) ESCLARECIMENTO PÚBLICO – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BARCOUÇO:**----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: André Melo, Pedro Semedo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte e Carlos Pimenta.

1) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por dar nota, para quem não teve acesso ao texto remetido pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Barcouço, que o mesmo faz reparos a algumas incorreções proferidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço na Assembleia Municipal e noutros fóruns, esclarecimento com o qual o grupo municipal que integra é solidário. Referiu de seguida que o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Barcouço tem igualmente tentado divulgar essas informações através da página do Facebook da Junta de Freguesia de Barcouço e que tal lhe tem sido vedado, numa atitude que classificou de incorreta pois a dita página é de ambos os órgãos da Junta de Freguesia e portanto o esclarecimento é prestado com o intuito de divulgar a realidade dos factos e não a propaganda que querem vender. (início: após 04 horas e 26 minutos; fim: após 04 horas e 27 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por vincar que o assunto apresentado não cabe nos trabalhos da Assembleia Municipal, não está no âmbito das suas competências, e os seus trabalhos não servem para enviar mensagens políticas que dizem respeito a outras entidades. (início: após 04 horas e 27 minutos; fim: após 04 horas e 28 minutos) ----------

3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, no uso da palavra, iniciou por referir que subscreve a última intervenção, deixando claro que a autarquia é constituída por um órgão executivo e por um órgão deliberativo e são independentes, não podendo a Assembleia de Freguesia de Barcouço introduzir qualquer alteração no Regimento da Junta de Freguesia de Barcouço ou obrigar a mesma ao que quer que seja. (inicio: após 4 horas e 28 minutos; fim: após 4 horas e 29 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por referir que foi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte que trouxe esses assuntos para as sessões da Assembleia Municipal e que disse muitas inverdades e nesse seguimento compreende a posição do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Barcouço, que em defesa da honra quis repor a verdade através do esclarecimento público, instando para que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte se deixe de "*palhaçadas*". (início: após 04 horas e 29 minutos; fim: após 04 horas e 30 minutos)

5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, no uso da palavra, iniciou por dizer que na Assembleia Municipal já foi chamado de mentiroso, já foi acusado de inércia e que agora era chamado de palhaço, acrescentando que em 10 anos de presidência de executivo da Junta de Freguesia de Barcouço só agora é que passou a ser assim classificado. Seguiu dizendo que sempre trabalhou honestamente em prol da Freguesia de Barcouço e com os recursos disponíveis desenvolver a mesma e não aceita nem admite que se transforme a Freguesia de Barcouço num conjunto de adjetivos negativos quando o mesmo não se revê neles, ficando a aguardar por mais adjetivos porventura algum positivo. Acrescentou que já referiu ao Senhor presidente da Câmara Municipal que quando tiver de elogiar o trabalho efetuado pela Câmara Municipal o fará publicamente e não está na Assembleia com o objetivo de criar circos. (inicio: após 4 horas e 31 minutos; fim: após 4 horas e 33 minutos) ----------

**4) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:** ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Compromissos Plurianuais. (inicio 04 horas e 33 minutos; fim após: 04 horas e 33 minutos) ----------

**5) PROPOSTA N.º 56/2023 – PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE MEALHADA E ALTERAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS:** ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida referido oficio remetido pela Câmara Municipal de Mealhada a solicitar correção da norma legal constante na Nota Justificativa e no Artigo 1.º do Projeto de Regulamento. Acrescentou que a definição dos preços a aplicar na utilização das piscinas municipais é uma competência exclusiva da Câmara Municipal e está junta ao Regulamento porque a ele é conexo. (inicio 04 horas e 33 minutos; fim após: 04 horas e 35 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Alexandre Rebelo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, João Louceiro e Frederico Santos. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por dar nota para que as piscinas abram o quanto antes pois o atraso está causar imensos constrangimentos aos munícipes que tem de se deslocar aos concelhos vizinhos a fim de realizar atividades desportivas. Seguiu dizendo que a opção do executivo em fazer um regulamento novo é preocupante, pois a solução mais acertada seria alterar o anterior e republicar o mesmo com as novas adaptações. Notou depois a falta de cuidado com o documento apresentado, no qual constam várias imperfeições a nível de numeração e formatação, sendo que refere no artigo 5.º que as piscinas são propriedade da Câmara Municipal e no artigo 39.º que será publicado no *site* da Câmara Municipal, o que não corresponde pois não é Câmara Municipal e sim Município de Mealhada, pessoa coletiva, sendo a Câmara Municipal é um órgão desse Município. Deu conta de seguida que estes documentos devem ser elaborados com rigor e ao contrário de outros, não se verificou publicação prévia nem consulta pública, e portanto pelo exposto o documento deverá ser revisto a fim de cumprir com requisitos mínimos inerentes a qualquer documento que pertença a um sistema de gestão documental minimamente organizado, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara a submissão do documento devidamente corrigido na próxima reunião da Assembleia Municipal, e aí sim, poderia contar com o seu voto a favor e do grupo parlamentar que integra. (início: após 04 horas e 35 minutos; fim: após 04 horas e 39 minutos) ----------

2) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por afirmar que a história das piscinas faz lembrar as obras da Escola Secundária, em que durante os 4 anos do mandato anterior se ouvia dizer que iam acabar mas no entanto só acabaram em dezembro do ano passado. Questionou depois quantos utilizadores tem as piscinas, quais as receitas e qual o custo da mesma, porventura com dados um pouco enviesados pelo período COVID e pelo fecho para obras mas ainda assim importantes, ressalvando que as obras visavam uma melhoria na eficiência energética e afinal constatou-se que não e ainda que estavam prometidos fundos comunitários e que afinal não apareceram e será tudo a expensas do Município. (inicio: após 4 horas e 39 minutos; fim: após 4 horas e 42 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por assinalar que a proposta apresentada não foi aprovada por unanimidade em sede de reunião de Câmara Municipal, e que seria importante conhecer as razões para tal, solicitando mais informação ao Senhor Presidente da Câmara. Seguiu por dizer que o Regulamento não levanta objeções de fundo e que pela sua consulta se verifica que segue a linha de outros dos Concelhos vizinhos e no qual consta e considera adequado um aumento de 4% nos preços, um acréscimo que não é exorbitante e mantém-se abaixo do praticado por exemplo em Coimbra e se justificar-

se-á para fazer face ao crescendo de custos que as autarquias enfrentam no cumprimento das missões do poder local, por vezes complicadas, com competências fora desse exigente perímetro e indevidamente transferidas, em especial no âmbito da dita descentralização de competência, processo em relação ao qual o PCP considera que há áreas que são e devem continuar a ser exercidas pelo poder central. Prosseguiu dizendo que o aumento de 4% pode até não ser um abuso, mas a concordar com o mesmo estaria em contradição com a leitura da situação social, económica e política e com a intervenção efetuada no período antes da ordem do dia, e que até pode não ser um grande aumento de encargos para quem queira usufruir das piscinas municipais da Mealhada, mas num quadro de acentuação de dificuldades das pessoas e das famílias, este é um encargo a mais que pode desaconselhar ou afastar utilizadores daqueles equipamentos, pelo que se deveria evitar aumentar os preços nesta fase. Disse ainda que espera que a luta que muitos fazem, afirmando de forma inequívoca que há um direito real e realizável a uma vida melhor, dê os resultados esperados e necessários mais cedo do que tarde, não tendo dúvidas que para a evolução no sentido de uma maior justiça social nada substitui a intervenção e luta dos trabalhadores e populações. Terminou dizendo que sendo as decisões sobre o preço competência do executivo, o PCP iria abster-se quanto à votação do Regulamento. (início: após 04 horas e 42 minutos; fim: após 04 horas e 47 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, referiu que as piscinas tiveram uma receita de cerca de 150 mil euros e custos na ordem dos 424 mil euros, ou seja um déficit por volta de 300 mil euros, isto apesar dum crescimento de utilizadores nos últimos anos. Referiu que foram feitas obras fundamentais no empreendimento, mas poderiam ter sido efetuadas de outra forma, de modo a ter outros ganhos energéticos e alcançar igualmente apoio financeiro, e que todos os munícipes terão que contribuir na íntegra para uma obra que não é barata. Afirmou também que este aumento é muito baixo e que a tabela de preços desde 2009 que não tem alteração, isto com o aumento exponencial de energia e da própria manutenção. (início: após 04 horas e 47 minutos; fim: após 04 horas e 51 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por questionar se o que vai ser votado engloba a expressão que diz que as piscinas são propriedade da Câmara Municipal, o que considera um erro crasso e que não deveria constar. (início: após 04 horas e 52 minutos; fim: após 04 horas e 52 minutos) -------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com treze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Carlos Teixeira das Neves, José Manuel Rodrigues Martins, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo, seis votos contra dos Senhores

Deputados Municipais: Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Rui Manuel Ribeiro César, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos e sete abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Sofia Margarida Alves Martins, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, João Carlos Henriques da Silva e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 53 minutos; fim: após 04 horas e 54 minutos) ----------

Posteriormente foi usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que o voto contra não tem que ver com o regulamento em si mas sim com a incorreção/imprecisão enunciada e que deveria ter sido corrigida antecipadamente. (início: após 04 horas e 54 minutos; fim: após 04 horas e 55 minutos) ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 01 horas e 30 minutos, do dia 29 de junho de 2023, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Rui Miguel Esteves Machado, Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 29 de junho de 2023. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------

Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------